

"Experiências Internacionais de Gestão de Recursos Hídricos: lições para a implementação da Lei sobre Cobrança pelo Uso da Água no Brasil".

Autora: **Regina Cavini**, mestranda do Curso de Desenvolvimento, e Espaço e Meio Ambiente, do Instituto de Economia da UNICAMP;

Orientador: **Prof. Dr. Bastiaan P. Reydon**

O artigo trata das experiências de gestão de recursos hídricos em outros países, principalmente no que se refere a seu formato institucional, participação social e formas de intervenção, aqui sub-divididas em ações de Comando e Controle e Instrumentos Econômicos.

Por tratar-se de tema bastante amplo, a gestão foi abordada segundo seis recortes, a saber:

- a) Base geográfica de gestão;
- b) Órgão gestor;
- c) Envolvimento comunitário;
- d) Aplicação de sanções;
- e) Mecanismos de intervenção:
 - Ações de Comando e Controle;
 - Utilização e Aplicação de Instrumentos Financeiros;
- f) Destino da Receita arrecadada com a Cobrança pelo uso da Água.

A escolha dos países para análise deu-se em função da disponibilidade de informações, de semelhanças e diferenças em relação ao Brasil no que se refere à formas de organização social e da utilização da cobrança pelo usos da água como instrumentos gestão de água.

Os países analisados e as principais características de gestão de recursos hídricos apresentam-se a seguir.

França

O modelo brasileiro de gestão de recursos hídricos baseou-se amplamente no sistema francês.

A experiência francesa data de 1898 e vem, desde então, sendo constantemente aperfeiçoada. Tendo como diretriz a ampla participação dos usuários de água e como um dos instrumentos, a cobrança pelo uso do recurso, a França delega aos comitês a responsabilidade tanto pela arrecadação quanto pela destinação dos recursos (serviços técnicos, construções, pesquisa, etc.). A cobrança, implementada através do princípio poluidor/pagador, é utilizada como instrumento de planejamento, pois o valor estipulado para a cobrança é revisto a cada plano quinquenal em função do orçamento para cada bacia, que, por sua vez, custeará as obras prioritárias definidas pelo Comitê. Ou seja, ao se terem estabelecidas as prioridades, a cobrança será realizada com vistas à execução e/ou implementação das ações. Tal procedimento altera a noção mais convencional sobre o princípio poluidor-usuário/pagador, interpretado como uma permissão aos poluidores para poluir.

Alemanha

A Alemanha fornece outro modelo de gestão em que os estados são os executores das leis federais, mas lhes é permitido ampliá-las para alcançar objetivos mais localizados o que dá uma imensa variedade nas formas de gestão; não existe um modelo nacional e coexistem vários órgãos regionais e consórcios municipais também responsáveis pela gestão de recursos hídricos.

No entanto, como realidade nacional, os municípios são muito fortes e autônomos quanto aos investimentos em obras de saneamento e de proteção à qualidade e quantidade de água.

Na Renânia do Norte, região do rio Ruhr, as indústrias são obrigadas por lei a utilizar as melhores tecnologias disponíveis para o tratamento de efluentes; mesmo assim, o lançamento de esgotos industriais tratados é sempre evitado pois a água é também utilizada para abastecimento.

Por toda a Alemanha, há muitas associações de pequena dimensão responsáveis pelo gerenciamento local da água.

Holanda

Mesmo não sendo tão participativo quanto o sistema francês , o modelo holandês de gestão, estrutura-se na atuação das também chamadas associações ou conselhos de usuários, *water shappen*. Há várias instâncias que atuam na gestão: o governo central, o das províncias (que são parecidas com aquilo que no Brasil chamamos de estados), os municípios e os comitês.

A cobrança mais utilizada é a de utilização da água para lançamento de poluentes e os valores das taxas são estabelecidos em função dos custos de construção e operação das plantas de tratamento que são muitas por toda a Holanda. Assim como na França, as receitas arrecadas tem destinação definida.

Porém, devido aos altos valores adotados, a cobrança passou a atuar como inibidora de poluição e incentivadora da adoção de tecnologias limpas.

México

Bastante recente, a cobrança por poluição data de 1991 e aplica-se às municipalidades e indústrias que, ao lançarem dejetos nos corpos d'água, ultrapassam o padrão de emissão permitido.

Até 1995 vigorou a cobrança para infratores do padrão; a partir desse ano, o critério foi mudado e toda a poluição passou a ser cobrada em função da carga total de poluentes com base no conteúdo dos poluentes.

O modelo mexicano está sendo reavaliado devido a seus baixos índices de eficiência que vão desde à baixa confiabilidade dos dados gerados pelo sistema, à baixa participação privada e dos órgãos públicos, à excessiva centralização administrativa , à baixa arrecadação e às fortes resistências políticas à adoção do sistema como um todo. Já se sabe que medidas que forneçam apoio efetivo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnológico devem ser implementadas.

Colômbia

O caso colombiano é muito especial, pois é o melhor exemplo de como a aplicação das taxas pelo uso da água não pode estar dissociada da

capacidade institucional e administrativa para implementá-la. Isto porque o país apresenta um quadro de descolamento entre a lei de cobrança, ou melhor dos critérios utilizados para efetuar a cobrança, e o suporte das instituições tanto públicas quanto privadas para executar e cumprir a lei.

Os entraves à aplicação do sistema de cobrança são apontados como sendo a ausência de instrumentos confiáveis de informação e de medição dos impactos da poluição e imperfeições do sistema de monitoramento. Esses problemas resultaram na falta de credibilidade dos objetivos da cobrança.

Conclusões

Como conclusão geral, pode-se afirmar que a utilização de instrumentos econômicos, principalmente a cobrança pelo uso da água na gestão dos recursos hídricos, é apenas um dos instrumentos para a execução da política de recursos hídricos

A cobrança deve estar inserida num conjunto mais amplo de ações, que apoiem todo um sistema de gestão. O cumprimento desta exigência é importante para que não “se apostem todas as fichas” na aplicação de taxas para captação e/ou diluição como medida de curto prazo e se subestime a importância de outros instrumentos, tão fundamentais ou até mais, como os critérios para a concessão da outorga e o sistema de informações sobre os recursos hídricos.

Os modelos de gestão de recursos hídricos desses países nos alertam para o fato de que para que a cobrança atue como um instrumento preservação da quantidade e qualidade da água, precisa ser **legítima**. Nos casos europeus, a legitimidade é resultado de anos, senão séculos, de conflitos pelo usos do recursos, por crises de escassez, pela baixa oferta de água em algumas regiões, pela descentralização da administração e do usos dos recursos e pela organização dos usuários.

A participação dos usuários é fundamental; mas ela não deve ser apenas formal, para mero preenchimento dos espaços representativos previstos em lei; devem ser consciente e ter como responsabilidade a prestação de contas à

sociedade. Aqui falamos da transparência tanto como ferramenta como objetivo da gestão de recursos hídricos.

Nesse sentido, a cobrança insere-se como um instrumento da gestão de recursos hídricos, sendo esta concebida como um processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais com objetivo de garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos hídricos às especificidade do meio ambiente, com base em princípios e diretrizes previamente acordados/definidos.